

Norchem Holdings e Negócios S.A.

CNPJ nº 46.570.388/0001-67

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa.....	35	62	Outras obrigações (Notas 4 (b), 4 (c) e 5)....		
Aplicações financeiras (Nota 3).....	89.328	80.864	Fiscais e previdenciárias.....	2.418	872
Outros créditos (Nota 4 (a)).....	620	621	Diversas.....	2.041	1.947
Não circulante			Não circulante		
Outros créditos (Nota 4 (a)).....	38.471	35.856	Outras obrigações (Notas 4 (b), 4 (c) e 5)....		
Outros investimentos.....	21	21	Fiscais e previdenciárias.....	11.390	10.848
			Diversas.....	15.545	13.573
			Patrimônio líquido (Nota 7).....		
			Capital social.....	67.910	67.910
			Reserva de capital.....	1.938	1.938
			Reservas de lucros.....	27.233	20.336
Total do ativo.....	128.475	117.424	Total do passivo e patrimônio líquido.....	128.475	117.424

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016	2015
Despesas tributárias.....	(665)	(338)
Outras despesas administrativas.....	(188)	(164)
Outras receitas operacionais (Nota 8 (a)).....	2.993	3.562
Outras despesas operacionais (Nota 8 (b)).....	(2.621)	(2.786)
Resultado operacional.....	(481)	274
Resultado financeiro (Nota 3).....	10.993	9.951
Resultado operacional antes da tributação sobre lucro.....	10.512	10.225
Imposto de renda e contribuição social (Nota 6).....	(3.615)	(3.450)
Provisão para imposto de renda.....	(3.082)	(2.973)
Provisão para contribuição social.....	(1.119)	(1.079)
Ativo fiscal diferido.....	586	602
Lucro líquido do exercício.....	6.897	6.775
Número de ações (Nota 7).....	7.719.401	7.719.401
Lucro líquido por ação.....	0,89	0,88

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2016	2015
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado.....	5.832	5.444
Lucro líquido.....	6.897	6.775
Ajuste ao lucro líquido:.....	(1.065)	(1.331)
Reversão de ativo fiscal diferido.....	(586)	(602)
Provisões para contingências.....	2.514	2.667
Atualização de depósitos judiciais.....	(2.993)	(3.396)
Variação de ativos e obrigações.....	(5.859)	1.078
(Aumento)/Redução em aplicações financeiras.....	(8.464)	3.403
Redução em outros créditos.....	965	2.454
Aumento em outras obrigações.....	4.154	871
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(2.514)	(5.650)
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais.....	(27)	6.522
Caixa líquido utilizado em atividades de financiamentos.....	-	(6.500)
Dividendos pagos.....	-	(6.500)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa.....	(27)	22
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício..	62	40
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício....	35	62
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa.....	(27)	22

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital		Reservas de lucro		Lucros acumulados	Total
		Subvenção para investimentos	Legal	Estatutária			
Em 31 de dezembro de 2014.....	67.910	1.938	7.036	13.025	-	89.909	
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	6.775	6.775	
Distribuição de dividendos (R\$ 0,84 por ação) (Nota 7).....	-	-	-	(6.500)	-	(6.500)	
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal.....	-	-	339	-	(339)	-	
Reserva estatutária.....	-	-	-	6.436	(6.436)	-	
Em 31 de dezembro de 2015.....	67.910	1.938	7.375	12.961	-	90.184	
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	6.897	6.897	
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal.....	-	-	345	-	(345)	-	
Reserva estatutária (Nota 7).....	-	-	-	6.552	(6.552)	-	
Em 31 de dezembro de 2016.....	67.910	1.938	7.720	19.513	-	97.081	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Norchem Holdings e Negócios S.A. ("Empresa") tem como objeto social a administração de recursos próprios, a participação direta ou indireta em outras sociedades e a prestação de serviços de consultoria. Atualmente, a Empresa dedica-se à administração de recursos próprios. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Empresa de acordo com o CPC Pequenas e Médias Empresas (PMEs), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. **(a) Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PMEs (R1). **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem depósitos em conta-corrente e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor. **(c) Aplicações financeiras: (i) Classificação e mensuração:** A Empresa classifica seus ativos financeiros como títulos para negociação, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. **(ii) Valor justo:** Os valores justos dos investimentos são apurados com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido, mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. **(d) Outros créditos:** Demonstrados ao custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. **(e) Passivo circulante e exigível a longo prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **(f) Passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25. **(i) Passivos contingentes:** Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e cível. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **(ii) Obrigações legais:** Os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal, são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. **(g) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 9%, conforme artigo 3º da Lei nº 7.689/88. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando as perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2016, foram aplicadas as alíquotas de 25% e 9% sobre os ajustes temporários para obtenção do saldo de ativo e passivo fiscais diferidos de IRPJ e CSLL, respectivamente. **(h) Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. **(i) Apuração do resultado:** É apurado pelo regime de competência.

3. Aplicações financeiras: (a) Composição da carteira

	Valor de custo	Ganho não realizado	Valor de mercado 2016	Valor de mercado 2015
Títulos para negociação				
Carteira própria.....				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	89.505	(177)	89.328	80.864
Total de aplicações financeiras.....	89.505	(177)	89.328	80.864
(b) Composição por prazo de vencimento				
	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	7.090	82.238	89.328	
Total - 2016.....	7.090	82.238	89.328	
Total - 2015.....	7.775	73.089	80.864	

O resultado financeiro, no valor de R\$ 10.993 (2015 – R\$ 9.951), está representado por receita sobre aplicações em títulos públicos do governo brasileiro. **4. Outros créditos e outras obrigações: (a) Outros créditos:** Estão representados por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 32.943 (2015 – R\$ 30.846), créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 6.065 (2015 – R\$ 5.479) e impostos e contribuições a compensar e recuperar no montante de R\$ 83 (2015 – R\$ 152). **(b) Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias:** "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias", referem-se a provisões para riscos fiscais no montante de R\$ 11.390 (2015 – R\$ 10.848) e a imposto de renda, contribuição social sobre o lucro e outros impostos no montante de R\$ 2.418 (2015 – R\$ 872). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicável, estão classificadas em "Outros créditos". **(c) Outras obrigações - diversas:** "Outras obrigações - diversas", referem-se à provisão para pagamentos de honorários advocatícios no montante de R\$ 2.041 (2015 – R\$ 1.921), e provisão para passivos contingentes no montante de R\$ 15.545 (2015 – R\$ 13.573). **5. Passivos contingentes e obrigações legais:** As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no exercício e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados: **(a) Provisões constituídas: (i) Composição dos saldos patrimoniais**

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2016	2015	2016	2015
Fiscais e previdenciárias				
- obrigações legais.....	32.942	30.845	11.390	10.848
Trabalhistas.....	1	1	5	4
Cíveis.....	-	-	15.540	13.569
Total.....	32.943	30.846	26.935	24.421

(ii) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais e previdenciárias	
			Obrigações legais	Total
Saldo inicial.....	13.569	4	10.848	24.421
Despesas financeiras - juros.....	1.971	1	542	2.514
Saldo final.....	15.540	5	11.390	26.935

(iii) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais: As principais demandas envolvem os seguintes assuntos: (i) limitação da compensação de prejuízos fiscais e bases negativas em 30% do lucro real do exercício; (ii) declaração de inexistência de relação jurídica tributária para incidência de Finsocial e contestação das majorações de alíquotas; (iii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às Empresas não financeiras; e (iv) constitucionalidade da cobrança de CSLL nos moldes previstos pela regulamentação da Emenda Constitucional 01/94. O total de contingências classificadas como possíveis monta R\$ 936 (2015 – R\$ 905) e referem-se a discussões relativas à imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal). **(iv) Ações trabalhistas:** Referem-se a ações trabalhistas contra a Empresa, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado, considerando

as características individuais de cada ação. A Empresa não possui contingências trabalhistas classificadas como possíveis. **(v) Ações Cíveis:** A Empresa foi acionada judicialmente em ações cíveis, incluindo aquelas que é parte juntamente com outros instituintes financeiros brasileiros, relacionadas principalmente a planos econômicos instituídos no passado pelo governo brasileiro. O montante provisionado representa a avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos das perdas prováveis nessas ações. As ações cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados responsáveis pela condução de tais causas montam R\$ 75.665 (2015 – R\$ 69.792). **6. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários:** A natureza e a origem dos créditos tributários são demonstradas como segue:

	2016	2015
Diferenças temporárias		
Contingências fiscais.....	86	203
Provisão para honorários advocatícios.....	686	653
Contingências cíveis e trabalhistas.....	5.285	4.615
Outros.....	8	8
Total de créditos tributários - Ativo.....	6.065	5.479

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 703 (2015 – R\$ 735) sobre diferenças temporárias, tendo sido realizado R\$ 117 (2015 – R\$ 133). O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	10.512	10.225
Encargo total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(3.574)	(3.477)
Adicional de imposto de renda.....	24	24
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(68)	3
Outros.....	3	-
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos.....	(41)	27
Total da despesa de IRPJ e CSLL no exercício.....	(3.615)	(3.450)

7. Patrimônio líquido: O capital social, subscrito e integralizado, está dividido em 7.719.401 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 5.789.551 ordinárias e 1.929.850 preferenciais, sem direito a voto. O estatuto fixa dividendos mínimos obrigatórios de 1% sobre o lucro líquido do exercício após as deduções estatutárias. A Administração decidiu pela destinação do lucro líquido do exercício para a conta de Reserva de Lucros - Estatutária, após a constituição de reserva legal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 6.500 referente ao lucro líquido acumulado na conta de Reserva Estatutária. A Reserva de Lucros - Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Empresa, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de Lucros - Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingindo 30% do capital social. **8. Outras informações:** a. "Outras receitas operacionais" referem-se a variações monetárias ativas sobre depósitos judiciais no montante de R\$ 2.993 (2015 – R\$ 3.396). Em 2015, havia R\$ 166 classificado como reversão de provisões operacionais. b. "Outras despesas operacionais" correspondem, principalmente, a variações monetárias passivas sobre "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" no montante de R\$ 542 (2015 – R\$ 504), juros de provisões cíveis no valor de R\$ 1.971 (2015 – R\$ 2.163). c. Em 2016, a Empresa tinha R\$ 35 (2015 – R\$ 62) em depósitos em conta-corrente referente a transações com partes relacionadas junto ao Banco J.P.Morgan S.A., sua coligada. d. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não existiam operações com derivativos em aberto.

A DIRETORIA

Lucila Litwin - CRC 1SP228413/O-3

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas - **Norchem Holdings e Negócios S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Norchem Holdings e Negócios S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Norchem Holdings e Negócios S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,

falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 20 de março de 2017.

PWC PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5
Caio Fernandes Arantes Contador CRC 1SP222767/O-3